



MASTER PLAN



CRIAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO
PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA E
POLÍCIA

PROGRAMA PARA
DESENVOLVIMENTO
DA INDÚSTRIA

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	3
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS.....	5
4. ESPECIFICAÇÃO	6
4.1. Requisitos.....	6
4.2. Premissas.....	6
4.3. Restrições.....	6
5. MAPEAMENTO DE ATORES	7
6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO.....	8
7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO.....	9
8. MONITORAMENTO	10
9. ARTEFATOS DO PROJETO	10
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	11

1. INTRODUÇÃO

A Segurança Pública se estabeleceu nas últimas décadas como um campo de estudo articulado entre os processos de desorganização social e aspectos da criminalidade e da violência urbana (Machado & Porto, 2016). A emergência desse campo de estudo se torna cada vez mais prioritário frente aos indicadores alarmantes de criminalidade e seu agravamento no contexto brasileiro, como pode-se observar nos dados dispostos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018) no Atlas da Violência.

Dessa forma, observa-se que para além de investimentos em fiscalização e patrulhamentos ou ainda investimentos tecnológicos, o investimento no capital humano vinculado à Segurança Pública se torna de fundamental importância para impactar positivamente na diminuição da criminalidade. Assim, especialistas em Segurança Pública se tornam um ponto nevrálgico para a questão da redução da criminalidade e da violência, principalmente em uma perspectiva alinhada com as práticas que apresentam bons prognósticos em contexto brasileiro.

2. JUSTIFICATIVA

O panorama da Segurança Pública no Ceará apresenta aspectos alarmantes no que tange aos indicadores de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) e Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), como se destacam nas estatísticas da Secretaria de Segurança e Defesa Social (SSPDS), representando enorme impacto à população, aos estabelecimentos comerciais e às indústrias do Ceará. Apesar dos esforços das forças policiais para a redução da criminalidade, o crime no Ceará apenas apresentou um decréscimo significativo após a implementação do Sistema Policial de Indicativo de Abordagem – SPIA.

O sistema foi desenvolvido pelo governo do estado do Ceará e por pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, visando permitir a utilização de informações estratégicas para auxiliar nos processos investigativos. À integração de dados e informações para avaliar as decisões policiais necessárias, utilizam-se câmeras de videomonitoramento, sensores e aplicativos de smartphones policiais para manter o fluxo de informações constantes e atualizadas. A forma de atuação do sistema mantém uma lógica que organiza o policiamento em um plano cartesiano, promovendo um

cruzamento de ocorrência e um mapeamento e rastreo por videomonitoramento, potencializando, dessa forma, a territorialização policial.

Pelo avanço tecnológico e pela atuação profissional, o Ceará se tornou referência nacional com a utilização do SPIA. Apesar da imensa relevância do desenvolvimento de uma tecnologia fundamental para a segurança pública, a atuação pelo SPIA demanda mais do que apenas mudanças protocolares de atuação policial. Torna-se necessária a atualização da atuação policial, permitindo a compreensão de teorias criminológicas específicas, bem como outras habilidades mais voltadas à utilização de tecnologia, imergindo, assim, o agente de segurança em uma nova doutrina de atuação policial.

Por ser uma área de fundamental importância para o desenvolvimento regional, torna-se necessária a formação de profissionais capacitados nas diferentes temáticas que se tornaram pilares da atuação policial baseada no SPIA. Assim, o presente projeto visa formar agentes policiais e gestores em especialistas e mestres em segurança pública. Dessa forma, espera-se contribuir na mitigação de demandas sociais que prejudicam desde a sociedade civil às indústrias.

Torna-se imprescindível, então, a construção de cursos de pós-graduação que possam contemplar o objetivo do presente projeto. Diante disso, objetivou-se articular um projeto com soluções compatíveis às demandas da Segurança e Defesa Social frente ao panorama de Segurança Pública por meio da criação de uma especialização e de um mestrado profissional na temática.

Este projeto, proposto por um grupo de especialistas na temática durante o Painel de Especialistas do projeto Masterplan da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, prevê a realização, direta ou indireta, das ações propostas no seu *roadmap*, de acordo com o quadro abaixo:

Ações diretamente contempladas	Ações indiretamente contempladas
1 – Estabelecimento de parcerias para desenvolver um mestrado profissional para os agentes de segurança pública;	1 – <i>Benchmarking</i> internacional das teorias criminológicas em aplicação;
2 – Ampliação da qualificação dos profissionais de segurança pública para a atuação integrada e utilização de novas tecnologias;	
3 – Capacitação de agentes de segurança em planejamento e gestão em segurança pública;	

Vale ressaltar ainda que este projeto pretende contribuir para o alcance da visão de futuro construída pelos especialistas no painel da Rota Estratégica de Segurança Pública, a saber “Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência”.

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste projeto é: criar uma especialização, consolidando uma base para um futuro mestrado profissional em segurança pública para policiais, operadores(as) do direito, gestores(as) e pesquisadores(as) na temática, buscando capacitar à compreensão da problemática e da estruturação da segurança pública e da polícia, bem como soluções inovadoras no âmbito das diversas forças de segurança pública do estado do Ceará.

Como objetivos específicos:

- Qualificação de policiais para operarem com os princípios norteadores à Segurança Pública de forma integrada e vanguardista;
- Qualificação de operadores do direito para atuarem com os princípios norteadores à Segurança Pública de forma integrada e vanguardista;
- Qualificação de pesquisadores em segurança pública e em violência para operarem com os princípios norteadores à Segurança Pública de forma integrada e vanguardista;
- Aumento da resolutibilidade dos crimes e diminuição da violência urbana;
- Criação de uma área de ensino e pesquisa em Segurança Pública no Ceará;
- Elaboração de um currículo unificado em Segurança Pública seguindo os princípios de Segurança Pública aplicados no Ceará;
- Socialização do Sistema Policial de Indicativo de Abordagem – SPIA e da estruturação policial;
- Viabilização de uma especialização em segurança pública como Mínimo Produto Viável (MVP) do projeto;
- Formulação de soluções inovadoras em Segurança Pública como produto final individual de cada participante como requisito para se formar;
- Criar mecanismos de acompanhamento e monitoramento de resultados.

4. ESPECÍFICAÇÃO

4.1. Requisitos

Com o intuito de alcançar o melhor desempenho para a execução do presente projeto, os requisitos, abaixo, tornam-se necessários:

- Fomento para realização de captação de recursos para viabilizar a especialização;
- Imprescindível a elaboração de um produto final teórico-prático na temática de Segurança Pública como requisito à oficialização da concessão do certificado, tendo esse que apresentar um caráter inovador;
- A área de Segurança Pública demanda capacitação tecnológica por parte de seus agentes, sendo necessária a criação de um currículo capaz de atender a essa necessidade;
- Caso possível, os cursos devem apresentar uma articulação internacional para agregar maior valor à especialização e ao mestrado profissional.

4.2. Premissas

- Necessidade do apoio governamental como fomentadora dos recursos financeiros necessários, posto que a especialização e o mestrado profissional terão seu produto primário o benefício direto ao Estado;
- O curso deverá potencializar as tecnologias locais que auxiliam na segurança pública;
- Os cursos devem seguir a regulamentação obrigatória do Ministério da Educação - MEC.

4.3. Restrições

- Ausência de apoio financeiro para implementar e manter a especialização e o mestrado profissional;
- Não ter seu reconhecimento pelo Ministério da Educação - MEC, não permitindo a certificação dos agentes e gestores egressos da especialização e do mestrado profissional.

5. MAPEAMENTO DE ATORES

Os atores (instituições) mais indicados a participarem da articulação para a integração de sistemas, são apresentados no quadro a seguir:

Atores
Instituto Evaldo Lodi – IEL/CE
Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC
Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará – SUPESP
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Universidade Federal do Ceará – UFC
Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Faculdade da Indústria
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP
Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará – NUTEC
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Polícia Militar do Ceará – PMCE
Polícia Rodoviária Federal – PRF
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS
Corpo de Bombeiros Militar do Ceará – CBMPCE
Unidades Integradas de Segurança – UNISEG
Centro de Inteligência da Polícia Federal

Atores
Sistema Policial Indicativo de Abordagem - SPIA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO

Os riscos mensuráveis no projeto são apresentados no quadro a seguir com suas possíveis causas e prováveis efeitos:

Risco	Causas possíveis	Efeitos prováveis
1. Impossibilidade de certificação da especialização.	Elevada burocracia e alto custo para a certificação da especialização.	Inviabilidade para o reconhecimento da especialização pelo MEC.
	Ausência de entidade parceira certificada pelo Ministério da Educação.	Não adesão de inscritos.
2. Ausência de captação de recursos para viabilizar a inscrição dos agentes na especialização.	Desinteresse por parte das entidades parceiras em investir na qualificação dos agentes.	Inviabilização da acessibilidade da especialização aos agentes de segurança pública, público-alvo da especialização.
	Alto custo para inscrições.	Inviabilidade do projeto.
3. Não obter a formação da equipe necessária para compor o corpo docente.	Baixa disponibilidade dos docentes selecionados.	Reestruturação do currículo para permitir a seleção de docentes que não foram inicialmente considerados no currículo.
	Indisponibilidade para ministrar aulas de forma gratuita ou a baixo custo.	Indisponibilidade de um corpo docente para ministrar as aulas.

7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

As atividades de comunicação do projeto, bem como o escopo, participantes e periodicidade são expostos a seguir:

Atividade	Escopo	Participantes	Periodicidade
Comunicação interna	A ferramenta utilizada para acompanhar as informações detalhadas das atividades dos projetos será o quadro digital (Trello). O acompanhamento das informações macro serão através de um quadro físico anexado no Núcleo de Economia e Estratégia (NEE) da FIEC	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente
Comunicação externa	Contato com os Stakeholders do projeto será via e-mail e, posteriormente, telefone. Todos os contatos serão registrados em ferramenta interna de gestão de contatos	Todos os envolvidos	Permanente
Solicitações para o projeto	Quaisquer solicitações formais devem ser feitas somente via e-mail. Portanto, solicitações por chats, ligações ou mensagens serão desconsideradas	Todos os envolvidos	Permanente
Reunião com o coordenador do projeto	Local: FIEC A priorização das atividades será feita por opinião dos especialistas (coordenador do projeto)	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente
Metodologia de condução do projeto	O projeto seguirá a metodologia ágil de gestão de projetos chamada Scrum e adaptada às necessidades deste projeto	Todos os envolvidos	Permanente

Sprints	As sprints do projeto serão entregues através de reuniões presenciais Serão realizadas reuniões semanais para atualizar o grupo sobre o andamento das atividades	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	21 dias
Stakeholders	Será elaborado um documento com a identificação de Stakeholders O pesquisador e o coordenador do projeto farão uma identificação da relevância dos Stakeholders em alto e médio/baixo impacto para definir o acompanhamento das informações do projeto	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente e revisado semanalmente

8. MONITORAMENTO

Os indicadores de monitoramento do projeto, bem como sua fórmula para cálculo e frequência de mensuração serão sistematizados a partir da elaboração do Plano de Trabalho.

9. ARTEFATOS DO PROJETO

- Plano de Comunicação
- Plano de Risco
- Plano de Gerenciamento de Escopo do Projeto

10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEARÁ (Estado). O cenário da violência e da criminalidade no Brasil e no Ceará: cenário comparativo. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_2_2017.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. Estatística Mensal – Indicadores Criminais 2018. Disponível em: <<https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2/>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2018. 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2018/>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

Machado, B. A., & Porto, M. S. G. (2016). Violence and criminal justice in Metropolitan Area of Brasília: organizational dynamics and social representations. *Tempo Social*, 28(3), 217-242.

Almeida, J. D. S. (2009). O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CAMPO OPERACIONAL DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE SÃO PAULO DESAFIOS À GESTÃO DE PESSOAS.

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO

